

---

**SEGUNDA-FEIRA, 03 DE OUTUBRO DE 2016****NOTÍCIA DE DESTAQUE**

Nosso destaque hoje é a conversão em lei a medida provisória que, no início do governo interino do presidente Michel Temer, reorganizava ministérios e órgãos de primeiro escalão do governo federal. A nova lei foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União no dia 30. Implementadas desde maio e constituídas basicamente de exclusões, fusões e relocações de pastas, as alterações apresentam também algumas transferências de competências e a definição de atribuições de órgãos governamentais. Com a reforma, o número de ministérios caiu de 32 para 24.

**AGÊNCIA BRASIL: MP que reorganiza ministérios e órgãos do governo é convertida em lei**

Convertida em lei a medida provisória que, no início do governo interino do presidente Michel Temer, reorganizava ministérios e órgãos de primeiro escalão do governo federal. A nova lei foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União de hoje (30). Implementadas desde maio e constituídas basicamente de exclusões, fusões e relocações de pastas, as alterações apresentam também algumas transferências de competências e a definição de atribuições de órgãos governamentais. Com a reforma, o número de ministérios caiu de 32 para 24.

A Previdência Social, por exemplo, deixou de ser vinculada ao Ministério do Trabalho e passou a integrar o Ministério da Fazenda. Já o gabinete pessoal da Presidência da República e a Secretaria de Comunicação Social perderam o status de ministério. A Secretaria de Aviação Civil e a Secretaria de Portos, antes ligadas à Presidência da República, passaram a ser vinculadas ao Ministério dos Transportes, que agora se chama Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

**Mais alterações**

A antiga Controladoria Geral da União (CGU) teve suas competências transferidas para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. A Casa Militar, que era ligada à Presidência da República, está, a partir da nova legislação, vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI); e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República está agora subordinada à Casa Civil.

A nova lei consolida também a transferência de órgãos e entidades. É o caso do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que passam a ser subordinados ao Ministério da Justiça. Para conferir todas as mudanças previstas pela nova legislação, [clique aqui](#).

[Leia no site](#)

---

**OUTRAS NOTÍCIAS**

01/10 – FOLHA DE S. PAULO - Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária

30/09 – POVO ON LINE: BNB aplica R\$ 489 mi na agricultura familiar

02/10 - DE FATO ON LINE: Agricultura familiar possibilita diversificação econômica e sustento de produtores em Itabira

02/10 – CIRCUITO MATO GROSSO: Seguro ampara 12 mil agricultores familiares nesta safra

30/09 – ALAGOAS 24 HORAS/AL - Feira da Agricultura Familiar será realizada na Jatiúca

---

**MATÉRIAS NA ÍNTEGRA**

01/10 – FOLHA DE S. PAULO - Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária

Ranier Bragon

Ancorada em uma previsão de déficit de R\$ 139 bilhões, a proposta de Orçamento do governo Michel Temer (PMDB) para 2017 estabelece uma redução expressiva de verbas para importantes programas federais relativos à questão agrária.

A "tesourada" abrange rubricas de vários ministérios e órgãos responsáveis por ações direcionadas à reforma agrária, a pequenos agricultores, índios e comunidades tradicionais, entre outros.

A Funai (Fundação Nacional do Índio), por exemplo, teve agravada uma dramática redução orçamentária praticada nos últimos anos e, para 2017, terá o menor orçamento discricionário (de aplicação livre) dos últimos dez anos, pelo menos.

Os R\$ 110 milhões projetados para o ano que vem representam a metade do que a fundação teve em 2007, em valores corrigidos.

O programa de Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas, um dos afetados, caiu de R\$ 18 milhões em 2007 para R\$ 15,3 milhões previstos para 2017 –uma redução de 15%.

Isso apesar de um relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) apontar "654 terras indígenas com pendências administrativas para terem finalizados os seus procedimentos demarcatórios", sendo que 348 delas "não tiveram quaisquer providências administrativas tomadas pelos órgãos do Estado até hoje" (os dados são referentes ao ano de 2015).

O relatório cita como exemplo o caso da Terra Indígena São Gabriel/São Salvador, do povo Kokama, no Amazonas, cujo estudo pelo grupo técnico da Funai se iniciou em 2003, mas não havia sido concluído até a publicação do estudo do Cimi.

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário viu seu orçamento aumentar em 7,7%, mas programas direcionados à agricultura familiar tiveram redução drástica.

Entre eles está o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ação que compra alimentos de agricultores familiares para distribuição a pessoas de baixa renda –redução de R\$ 478 milhões para R\$ 294 milhões, o que levará a um encolhimento de 91,7 mil para 41,3 mil no número de famílias atendidas.

No Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) houve redução, entre outros, nos programas de reconhecimento de áreas quilombolas (-48%) e de obtenção de terra para a reforma agrária (-52%) –a meta de 174 mil hectares diminuiu para 27 mil hectares.

Já a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, teve aumento no orçamento total em relação ao previsto para 2016 (14,2%).

O valor reservado para o ano que vem, entretanto, é 37% inferior à dotação atual, que teve um incremento no seguro aos agricultores do Nordeste (o Garantia-Safra), devido à seca.

O Ministério da Agricultura teve uma redução global em seu orçamento de 12%, com acentuada queda nas áreas de Pesca e Aquicultura, Agropecuária Sustentável e Defesa Agropecuária.

Na Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), o programa Agropecuária Sustentável também sofreu corte de 33%. Já a ampliação e melhoria da capacidade de armazenamento de alimentos da companhia, uma das prioridades do órgão no Plano Plurianual 2016-2019, praticamente desapareceu.

Os dados foram levantados pelo gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, principal partido de oposição ao governo Temer, e cruzados pela Folha com fontes oficiais e os órgãos e ministérios do setor.

A proposta de Orçamento do governo federal está em análise no Congresso Nacional, que pode elevar ou diminuir as verbas alocadas pela equipe econômica de Temer.

#### **OUTRO LADO**

Com exceção da Funai, os ministérios e órgãos ligados à questão agrária afirmaram que as prioridades no setor serão preservadas e que não é só o orçamento que define a qualidade dos programas.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário informou que "reafirma o compromisso com programas prioritários, como o Bolsa Família, Cisternas e Programa de Aquisição de Alimentos". A pasta diz ainda que será possível "realocar recursos" durante o ano após "um rigoroso pente-fino em curso".

"Uma prova do compromisso deste governo é que o Bolsa Família foi reajustado em julho deste ano, aumento de 12,5% no benefício médio", afirma o ministério.

Em relação ao PAA, a pasta diz que um grande orçamento não garante maiores compras dos agricultores familiares caso eles não estejam "preparados com assistência técnica, orientação sobre logística e planejamento".

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário afirmou reiterar "seu compromisso com a manutenção das políticas públicas". Sobre as quedas específicas de verbas, disse que irá se pronunciar após a aprovação do Orçamento.

A Conab informou que o Ministério da Agricultura está reavaliando a prioridade para o Plano Nacional de Armazenagem. Sobre a formação de estoques, disse que a política de garantia de preço mínimo – compra de produto pelo governo quando o valor de mercado cai abaixo do fixado – teve pouco interesse dos produtores nos últimos anos. "A dotação prevista para 2017 é muito superior, portanto, ao efetivamente executado nos dois últimos anos."

O presidente substituto da Funai, Agostinho Netto, afirmou que o órgão precisa de orçamento para cumprir a sua missão, que "fará todos os esforços para tanto" e que "não deixa, contudo, de reconhecer o difícil quadro orçamentário público atual". O Incra e o Ministério da Agricultura não responderam.

[Leia no site](#)

#### **30/09 – POVO ON LINE: BNB aplica R\$ 489 mi na agricultura familiar**

O Banco do Nordeste aplicou até o final de setembro R\$ 498,9 milhões do Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017. O resultado corresponde a 21% da meta de investimentos até o junho do próximo ano, de R\$ 2,3 bilhões.

Foram contratadas 105 mil operações, atendendo a agricultores familiares de todo o Nordeste e norte dos estados de Espírito Santo e de Minas Gerais. No Ceará, foram aplicados R\$ 68,2 milhões, em 14 mil contratações.

"É um número interessante para um período de seca. Se estivéssemos em outras condições, como o de um bom inverno, poderia ser 40% maior", destacou Stélio Gama, superintendente de Microfinança e Agricultura Familiar do BNB.

A atual edição do Plano Safra tem como foco o estímulo à agricultura agroecológica e à produção dos itens integrantes da cesta básica de alimentos. Agricultores familiares que se dedicam à criação de gado leiteiro, abelhas, ovelhas, peixes e cabras e à produção de itens como arroz, feijão, mandioca, tomate e cebola têm condições diferenciadas para custeio, com juros de 2,5% ao ano e prazos de até dois anos para pagamento.

As condições de financiamento também contemplam implantação de sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para a metodologia e agricultores que demandem até R\$ 20 mil para o plantio de milho.

Podem beneficiar-se do recurso todos os agricultores familiares que disponham de Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) ativa, não tenham restrição cadastral e apresentem proposta de financiamento com viabilidade técnica, econômica e financeira. Os agricultores também poderão ser atendidos por meio do Agroamigo, programa de microfinança do Banco, que disponibiliza agente de microcrédito para prestar orientação ao crédito, inclusive elaborando a respectiva proposta de financiamento.

[Leia no site](#)

#### **02/10 - DE FATO ON LINE: Agricultura familiar possibilita diversificação econômica e sustento de produtores em Itabira**

Criada em 2010, a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Itabira (Apafi) tem buscado constantemente desenvolver ações que fortaleçam o segmento dentro e fora da cidade e promovam diversificação econômica e da produção na área rural. Em crescimento contínuo, a entidade possui atualmente 52 associados.

Um dos focos da Apafi é fortalecer o desenvolvimento e subsistência de produtores que atendem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Recentemente, a entidade de assistência deu passos importantes que valorizam a agricultura familiar itabirana. A entidade foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 50 mil, por meio de contrato de colaboração financeira, via BNDES/Conab, e adquiriu um veículo Fiorino para transporte de parte da produção e de matérias-primas dos associados.

“Com este veículo a entidade fica mais estruturada para melhor atender seus clientes e seus associados”, destaca a associação.

Por meio de solicitação da Apafi, além disso, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) está montando áreas demonstrativas de hortaliças, com objetivo de demonstrar aos associados as opções de produção para atender às demandas das escolas locais. Um dia de campo na fazenda da Epamig ocorreu nas últimas semanas e abordou os cultivos de cebola e beterraba, por exemplo.

No leque de parceiros, a Apafi tem apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Sindicatos dos Produtores Rurais, Epamig, Prefeitura de Itabira, Casa do Agricultor e outros.

[Leia no site](#)

#### **02/10 – CIRCUITO MATO GROSSO: Seguro ampara 12 mil agricultores familiares nesta safra**

A safra 2015/2016 ainda não terminou de ser colhida e 12 mil agricultores já foram amparados pelo Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) devido às perdas que tiveram na lavoura. Os prejuízos foram causados por fatores climáticos como seca, granizo, geada e chuva excessiva. Ao todo, R\$ 237 milhões já foram pagos pelo seguro a esses agricultores, e esse montante deve aumentar.

Outros 15 mil laudos de perdas estão em fase de análise e se, comprovado o prejuízo, esses agricultores também devem receber o seguro até o fim do ano. Mais de 340 mil agricultores estão assegurados na safra 2015/2016. O valor total segurando nessa safra é de R\$ 9,4 bilhões.

Os recursos do SEAF vêm do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Ele é destinado aos agricultores familiares que acessam o financiamento de custeio agrícola vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor segurado é calculado da seguinte forma: 80% da receita bruta esperada da lavoura, limitado ao financiamento, mais R\$ 20 mil.

O seguro é feito na hora em que o agricultor acessa o financiamento de custeio. “A análise de risco e a definição do valor segurado são feitas com base em procedimentos e planilhas técnicas utilizadas para o financiamento da lavoura.”, explica José Carlos Zukowski, diretor substituto do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção (DFPP) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

O seguro opera em todo o Brasil e podem ser beneficiados agricultores familiares que plantam culturas do zoneamento agrícola e acessam o crédito do Pronaf. “A adesão é feita no contrato de custeio agrícola do Pronaf. A adesão é automática, mas é preciso fazer o financiamento da lavoura para ter o seguro”, explica Zukowski.

A região Sul é a que concentra o maior número de beneficiários do SEAF. É que essa região concentra o maior número de agricultores familiares integrados ao mercado. O público alvo do seguro são os agricultores que produzem para vender, cultivam a lavoura como um empreendimento viável, tem acesso ao mercado e ao crédito. Para agricultores familiares com baixa integração ao mercado, há outros programas como o Garantia Safra, que concentra sua atuação na região Nordeste.

### **Recebimento**

O pagamento do seguro poderá ser feito se houver perdas superiores a 30% na lavoura, causadas por evento amparado. Para receber o seguro, o agricultor familiar deve comunicar ao banco o mais rápido possível que teve perdas na lavoura. “Ele tem que fazer a comunicação na época própria, depois que aconteceu o evento. Se for granizo, geada, ou coisas assim, tem que ser logo após o evento”, explica José Carlos Zukowski. “Se for seca, entre duas e três semanas antes da fase de colheita”, acrescenta.

Feito o comunicado, o banco envia um perito que vai até a lavoura e elabora um laudo. O documento segue para o banco que vai analisar e calcular a indenização. “A solicitação é mandada ao Banco Central que envia os recursos e paga o agricultor”, explica Zukowski. “Uma parte vai para a conta do financiamento, para pagamento da dívida, e a outra parte vai para a conta corrente do agricultor, que é a parte que corresponde à renda líquida”, acrescenta.

### **Cuidados**

É importante o agricultor se atentar para alguns fatores que levam à perda da lavoura. Ele é responsável por adotar medidas que podem evitar prejuízos. Se na vistoria for verificado que tais cuidados não foram tomados por parte do agricultor, ele poderá perder a cobertura do seguro.

Um exemplo prático disso pode-se ver no milho safrinha, que é recomendado para cultivares de ciclo curto. É comum plantá-lo em fevereiro para colher entre final de maio e junho. “Se o agricultor plantar cultivares de ciclo médio e longo, a lavoura fica em campo por mais tempo, exposta a riscos climáticos muito altos nessa época do ano”, explica Zukowski. “Em junho e julho é comum a ocorrência de geada, vendaval, chuva excessiva e até mesmo seca na região Sul, causando perdas na lavoura, quando a colheita já era para ter sido encerrada”, complementa ao informar que também é preciso ficar atento ao tempo correto de plantio para diminuir os riscos de perda.

A época apropriada para a colheita é outra questão que requer atenção. A cobertura do seguro termina no final da fase de colheita definida pelo ciclo da cultura. Quando os grãos ou frutos estão em condições de serem colhidos, a colheita precisa ser feita.

A colheita não pode ser postergada, deixando produção no campo exposta a riscos climáticos, fungos e pragas.

É importante destacar que o agricultor é responsável pela boa condução da lavoura e por medidas de prevenção ou mitigação dos impactos do clima. Se a vistoria de comprovação de perdas indicar que não houve a atenção devida, a indenização do seguro pode sofrer suspensão ou a lavoura pode perder totalmente a cobertura. “É preciso fazer a adubação correta, usar sementes de qualidade, cuidar bem do solo e respeitar o zoneamento agrícola, são cuidados básicos”, pondera Zukowski.

No site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário é possível encontrar diversas informações e cuidados que devem ser tomados para evitar a perda do segundo. Acesse o link e fique informado de como proteger a lavoura.

[Leia no site](#)

### **30/09 – ALAGOAS 24 HORAS/AL - Feira da Agricultura Familiar será realizada na Jatiúca**

Pequenos produtores de cooperativas agropecuárias definiram junto ao Sistema OCB/AL a programação da Feira da Agricultura Familiar para o mês de outubro. Os produtos do cooperativismo alagoano serão vendidos no sábado 01 de outubro, em frente à loja Empório Cajueiro, na antiga Avenida Amélia Rosa, bairro de Jatiúca.

Na sexta-feira 07 de outubro será a vez do bairro do Farol receptionar o evento que acontecerá em frente à TV Gazeta de Alagoas. Nesse dia, os agricultores familiares esperam receber a comunidade alagoana, funcionários da Organização Arnon de Mello e também membros da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) para conhecerem os alimentos produzidos pelo sistema cooperativo.

Finalizando a programação, no sábado 22 de outubro, o bairro Jardim Petrópolis receberá a Feira de Agricultura Familiar no Residencial Jardim Petrópolis I, Praça Dom Americano. Os eventos começam sempre às 07h e seguem até as 20h.

Agricultores familiares da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão alagoano – organizados nas cooperativas: Coopaal, Coopagreal, Coopeagro, Coopeapis, Cooperifer e CPPR – trarão para a capital do Estado produtos in natura como frutas, verduras, folhosos, raízes e produtos beneficiados como bolos, doces, biscoitos, polpas de fruta e mel.

O Sistema OCB/AL\* apoia a realização das feiras e disponibiliza acompanhamento de profissionais como nutricionista, engenheiro agrônomo e veterinário para auxílio durante o processo de produção dos alimentos.

“Buscamos auxiliar as cooperativas em tudo que solicitam. Ofertamos capacitações profissionais e acompanhamento profissional. E a feira é um projeto que desenvolvemos juntos há quase um ano. Os cooperados foram se capacitando, aumentando a produção e chegou a hora de ampliarmos o mercado consumidor, então surgiu o projeto”, explica Marcos Rocha, presidente do Sistema OCB/AL.

[Leia no site](#)

---

## **EXPEDIENTE**

### **Assessoria de Comunicação Social**

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

SBN – Quadra 01 - Ed. Palácio da Agricultura, 7º andar

CEP: 70.040-908 - Brasília/DF

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

[www.anaterbrasil.com.br](http://www.anaterbrasil.com.br)

[imprensa.anater@mda.gov.br](mailto:imprensa.anater@mda.gov.br)